

O último ditador, o zebuzeiro e o agricultor no reino do interesse: análise da SNA e da ABCZ (1979-1982)

**The last dictator, the zebu cattle breeder, and the farmer in the kingdom of
interest: analysis of the SNA and the ABCZ (1979-1982)**

João Pedro Passos de Barros Borges¹

Resumo

O presente trabalho pretende analisar as relações entre as entidades empresariais ABCZ e SNA durante o governo Figueiredo. A pesquisa se organizou mediante análise qualitativa das revistas ABCZ e A Lavoura entre os anos de 1979-1982. O intuito é compreender a estratégia da ABCZ dentro do Bloco no poder. Denota-se que a ABCZ utilizou de um conjunto de alianças para tentar galgar posições políticas mais relevantes ao passo que a SNA consignou um conjunto de interesses de diversas entidades tentando manter-se governista

Abstract

This study aims to analyze the relationships between the business entities ABCZ and SNA during the Figueiredo government. The research was organized through a qualitative analysis of the ABCZ and A Lavoura magazines between the years 1979-1982. The intention is to understand ABCZ's strategy within the ruling bloc. It is noted that ABCZ used a set of alliances to try to gain more relevant political positions, while SNA consolidated a set of interests from various entities, trying to remain aligned with the government.

Palavras-chave: Ruralismo brasileiro; Ditadura empresarial-militar; Burguesia; Empresariado; Zebu.

Keywords: Brazilian ruralism; Business-military dictatorship; Bourgeoisie; Business community; Zebu.

¹ passospbb@gmail.com. Data de submissão: 30 nov. 2024.

Introdução

Para compreender a atuação das frações agrárias e pecuaristas na ditadura, é necessário entender sua instauração, sua conjuntura e o lugar de seus agentes.

Compreende-se que o golpe resultou da incapacidade do Estado em arbitrar os diversos *modelos de desenvolvimento* surgidos das relações entre partidos, massas e elites. Assim, a dissociação gradativa entre poder político e econômico teria ampliado as contradições entre oligarquia e indústria e elevado o temor da participação popular². Contudo, dado que o poder político não pode ser exclusivo de uma fração³, tratar o Estado como sujeito é pormenorizar o lugar da burguesia na organização do golpe⁴.

Considerando que não havia diferença substantiva entre os projetos de reforma agrária em debate no parlamento às vésperas do golpe, é compreensível que o alvo principal era o avanço da esquerda trabalhista e dos movimentos sociais no espaço político⁵. Ainda que o patronato rural não detivesse a *hegemonia no bloco no poder*⁶, a instauração da ditadura suprimiu as mobilizações populares no campo, preservando as hierarquias políticas rurais.

A modernização da ditadura empresarial-militar fragilizou o patronato rural⁷ (via Estatuto da Terra e direitos trabalhistas), forçando-o a avançar na *guerra de posições* no bloco no poder⁸. Esse novo bloco aliou industriais, oligarcas e capital estrangeiro e forjou a emergência da hegemonia bancária.

Para resolver a balança de pagamentos, o Estado criou crédito e incentivos fiscais como capital financeiro geral⁹; isso garantiu lucros ao capital produtivo, aliado a feroz repressão, arrocho salarial, restrição à pequena-burguesia e expansão subimperialista de mercados¹⁰.

² IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1975; WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

³ BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

⁴ DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista: estratégia e tática do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

⁵ NATIVIDADE, Melissa. *A Questão Agrária no Brasil (1961 - 1964): uma arena de luta de classe e intraclasses*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. Dissertação de mestrado.

⁶ POULANTZAS, Nicos. “A ofensiva do grande capital e do bloco no poder”. In: POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021, p. 85-86.

⁷ SANTOS, Theotônio dos. *Evolução histórica do Brasil: Da Colônia à crise da “Nova República”*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere [livro eletrônico]: caderno 13 (XXX) : 1932 - 1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Rio de Janeiro : IGS-Brasil, 2024.

⁹ OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

¹⁰ BAMBIRRA, V. Ibid. OP. CIT. p. 196; 201-202.

Após os sinais de crise do Estado desenvolvimentista durante o governo Geisel, o governo Figueiredo buscou uma recomposição político-ideológica. No período delimitado (1979–1982), embora a conta de capitais e financeira tenha apresentado crescimento expressivo, foi insuficiente para cobrir os resultados deficitários das transações correntes, provocando uma redução abrupta das reservas internacionais. Parte dos recursos externos que ingressou no país sob a forma de endividamento externo serviu, ainda que parcialmente, para cobrir o hiato de divisas gerado pelo aumento do serviço da dívida¹¹. Simultaneamente, foi implementado o Programa Nacional de Desburocratização (PrND), que tentava equalizar a “abertura” com a recomposição do corporativismo empresarial, dando lugar a revitalização do apoio da grande burguesia¹², configurando um maior estrangulamento externo e pressão empresarial.

Marginalizado, durante toda a conjuntura, o patronato rural¹³ não era um bloco monolítico, mas representado por diversos aparelhos privados. Dito isso, esta pesquisa possui foco na Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e na Sociedade Nacional da Agricultura (SNA). A escolha justifica-se pela menor abordagem da ABCZ, em comparação ao lugar já consolidado da SNA na literatura.

A ABCZ é uma entidade centenária; não somente representante da grande pecuária, mas do mercado de seleção e melhoramento genético¹⁴. Recebeu de Getúlio Vargas o monopólio do Serviço de Registro Genealógico das raças zebuínas e foi beneficiada com a construção do Parque Fernando Costa. Suas exposições tradicionalmente recebem presidentes da República e sua atuação foi decisiva na instauração do golpe de 1964, por meio da criação da Liga Anticomunista em Uberaba e do envio de telegrama aos militares¹⁵.

¹¹ FERREIRA, Luciana da Silva. “A política econômica do governo figueiredo, o endividamento externo e seus impactos macroeconômicos”. In: ARAUJO, V; MATTOS, F. *A economia brasileira de Getúlio a Dilma — novas interpretações*. São Paulo: Hucitec Editora, 2021, p. 333-346.

¹² ANDRADE, Caio César Vioto de. *Da tecnoburocracia à desburocratização: a trajetória das reformas da administração pública no regime militar brasileiro (1964-1985)*. Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2021, p. 166-255. Cf. também: ALMEIDA, Mônica Piccolo. “A reestruturação do setor público brasileiro rumo às privatizações dos anos 1990”. *Revista Anos 90*, 2014, p. 363-397.

¹³ MENDONÇA, Sônia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

¹⁴ LEAL, Natacha Simeí. *Nome aos bois: Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. Tese de Doutorado.

¹⁵ LOPES, Maria Antonieta Borges; REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. *ABCZ: 100 anos de histórias e histórias*. São Paulo: Bela Vista Cultura, 2019.

A SNA, por sua vez, surge como a representação de um projeto alternativo, isto é, compunha uma fração subordinada das classes dominantes no bloco no poder. Suas bandeiras eram um projeto econômico de diversificação da produção agrícola, ampliação do mercado interno e expansão do ensino técnico rural.

Dois pontos chamam atenção. Primeiro: quando Mendonça¹⁶ menciona um dos ideólogos da SNA, cita Fidélis Reis, pecuarista do Triângulo Mineiro e presidente das duas entidades que antecederam a ABCZ. O projeto das classes dominantes subordinadas contava com o zebu. Segundo: esta entidade [SNA], historicamente de oposição, tornou-se a principal fornecedora de quadros à ditadura¹⁷.

As menções a ABCZ em Mendonça¹⁸ durante a ditadura, ou em Dreifuss¹⁹ na constituinte, apresentam-na pelas suas alianças e não por suas estratégias, portanto, o que se espera, é avançar na especificidade histórica da ABCZ entre 1979 e 1982.

A pesquisa foi realizada a partir da comparação entre as revistas *A Lavoura* da SNA e a *ABCZ*, durante o período de 1979-1982. Justifica-se o recorte temporal porque a publicação da Revista *ABCZ* foi interrompida após 1982. No período, houveram 19 publicações da *ABCZ* e 24 da *SNA*, indicando maior estruturação da segunda, que mantinha 6 publicações anuais, enquanto a primeira não apresentava padrão fixo.

A hipótese a ser verificada, trata-se da existência de uma estratégia de pragmatismo político avançando posições por meio da influência e alianças²⁰, aproveitando-se da estratégia da SNA de confluir os diferentes interesses do patronato rural e do governo.

A ABCZ e o binômio autonomia-subordinação como estratégia política

¹⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. “Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-193)”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA Sérgio S (Org.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002, p. 171-186.

¹⁷ MENDONÇA, Sonia Regina. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

¹⁸ MENDONÇA, Sônia. Idem.

¹⁹ DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

²⁰ Essa hipótese é respaldada na trajetória de Antônio José Loureiro Borges na Confederação Nacional da Agricultura (CNA) entre 1967-1973, tendo sido presidente da ABCZ entre 1962-1964, como é possível averiguar em: GALVÃO, Elisandra de Araújo. *A política da CNA: organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. Tese de Doutorado; e também no lugar de Edilson Lamartine Mendes como deputado federal, tendo o Congresso Nacional como mediador das burguesias regionais, em: MACIEL, David. “Notas sobre a dominação burguesa no Brasil durante a ditadura militar e seu legado (1964-1985)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.p. 109.

Na revista *ABCZ*, o governo Figueiredo é avaliado, pelo editorial, como um governo que se compara a construção de uma política agrícola sem a construção de uma política para a pecuária²¹. Após uma conversa entre a entidade e o Ministro da Agricultura²², estabeleceu-se que: não teriam uma política de crédito²³, o governo era favorável à exportação do gado zebu e veria o setor com importância para a transição.

O que chama atenção é que na mesma edição²⁴, Renato Ticoulat Filho, presidente da SRB, aparece questionando o Estatuto da Terra e a transferência de renda do setor rural para o urbano-industrial. Contudo, cabe dizer que há um elogio ao governo Figueiredo, o que contraria o editorial da mesma edição a respeito de uma política pecuária e revela alguma tensão com a fala do deputado federal e membro da diretoria da *ABCZ*, Edilson Lamartine Mendes²⁵, que questiona a ausência de uma política de crédito para o setor pecuário.

A edição²⁶ contém uma longuíssima reportagem sobre as razões para a exportação de zebuino. Observa-se, inclusive, a existência de um relatório produzido por um Grupo de Trabalho constituído por membros de dois ministérios, um banco e a entidade. Esse relatório exigiria um grupo de trabalho permanente, um conselho interministerial e um projeto de infraestrutura de fazendas modelo de exportação de gado e sêmen, além de facilidades fiscais aos criadores de gado, tendo como comprador potencial os EUA. O argumento, inclusive, é que poder-se-ia dar crédito aos produtores e exportar o excedente de gado para obtenção de divisas²⁷.

As exportações de reprodutores e matrizes constituem, portanto, uma alternativa para esse aviltamento de preços no mercado interno, que por sua vez decorre do excedente de produção — ou talvez do subconsumo de reprodutores. O fato concreto é que existe um

²¹ *ABCZ*. Editorial. In: *ABCZ*. nov-dez. 1979, p. 5.

²² *Idem*, p. 9-10.

²³ Importante compreender o papel histórico e desmobilizador dos pequenos e médios proprietários pelo crédito, assistencialismo e extensionismo rural promovido pela *ABCAR*, que, inclusive, teve entre seus membros diretores da *ABCZ*, cf.: OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. Dissertação de mestrado.

²⁴ *Idem*, p. 19.

²⁵ *Idem*, p. 25.

²⁶ *Idem*, p. 27-50.

²⁷ *ABCZ*. op. cit., p. 40.

excedente exportável, que poderá proporcionar apreciável volume de divisas²⁸ para o País e trazer novos estímulos aos selecionadores de zebu de todas as regiões. (REVISTA ABCZ, nov-dez, 1979, p. 40)

Não obstante, a edição finaliza com o artigo do presidente intitulado: “A ABCZ reivindica crédito para a pecuária”²⁹.

Nesse novo contexto, o aumento das exportações e a obtenção de divisas, mais do que permitir que os interesses econômico-corporativos aparecessem como nacionais, permitiu à entidade formular uma crítica tática à austeridade do governo Figueiredo. Ao denominar a demanda por crédito para exportação de *política anticíclica*, a entidade marcou sua independência política e discursiva. Essa autonomia aparente configurava uma unidade contraditória. O instrumento pleiteado (crédito) era direcionado para o fim primordial da política ortodoxa: a construção dos superávits comerciais necessários para a obtenção de divisas e o ajuste do balanço de pagamentos. O que se pode considerar, ao nível da guerra de posições, um *passo de consolidação*³⁰.

O editorial de jan.–fev. de 1980 retoma o ponto possível em que o governo pode atuar no setor pecuário: “Este apoio e este estímulo podem vir de muitas formas, mas, a mais adequada, eficiente e também coerente com a própria estratégia adotada no campo agrícola, seria a concessão de linhas de crédito específicas para a pecuária seletiva”³¹.

Na mesma edição³², uma entrevista com o presidente do INCRA sobre reforma agrária e cooperativismo traz destaques reveladores. Em letras maiores, lê-se “Reforma agrária não é mera distribuição de terras”³³, seguida de chamadas como “100 mil títulos por ano”, “burocracia necessária”³⁴ e “justiça agrária, talvez”³⁵. Em outro trecho, a ABCZ destaca “... o poder de corrupção é muito maior”³⁶ e insiste em perguntas que reproduzem os termos do ministro, como “O INCRA é o maior latifundiário do País”³⁷ e “Se papel resolvesse, todos os nossos problemas

²⁸ Sobre a obtenção de divisas e a estrutura do latifúndio, ver: GORENDER, Jacob. “A espoliação do povo brasileira pela finança internacional”. *Estudos Sociais*, 1959, p. 131-148.

²⁹ BARBOSA, Manoel Carlos. A ABCZ reivindica crédito para a pecuária. In: Idem, p. 60.

³⁰ GALLAS, Alexander. “Neo-Poulantzian Political Analysis”. In: *The Thatcherite Offensive: A Neo-Poulantzian Analysis*. Brill, Historical Materialism Book Series, 2015, p. 57.

³¹ ABCZ. Editorial. In: jan-fev. 1980, op. cit., p. 5.

³² ABCZ. In: Idem, p. 9-20.

³³ ABCZ. op. cit. p. 9.

³⁴ Idem, p. 10.

³⁵ Idem, p. 14.

³⁶ Idem, p. 15.

³⁷ Idem.

estavam solucionados”³⁸, etc. Essa montagem editorial, construída de perguntas e respostas, evidencia um posicionamento classista que despolitiza a questão agrária ao reduzi-la à ineficiência administrativa e à corrupção estatal. Assim, o problema é apresentado como técnico e moral, deslocando o debate das estruturas fundiárias e reforçando a ideia de que o Estado, e não as relações de poder e propriedade, seria o núcleo do impasse.

Nisto, prossegue-se com a questão: como está sendo construído um imaginário sobre o Governo? Recorre-se à capa da edição seguinte:

Figura 1 - Capa de revista ABCZ, mar.-abril. 1980.



Fonte: ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, Uberaba. Permissão não necessária – domínio público em: <zebu.org.br>. Acesso em 02 nov. 2025.

A capa retrata a caricatura de um homem com o olho direito aberto, o esquerdo fechado, a boca torta inclinada e a mão direita coçando a testa franzida; traços que sugerem dúvida. O

³⁸ Idem, p. 16.

ditador Figueiredo aparece montado em um cavalo no meio de um rebanho zebuino. A imagem parece metaforizar o Estado (o cavalo) e o setor pecuário (o rebanho), sugerindo que o governante está desorientado. O destaque textual em vermelho e negrito, “*O Governo Figueiredo e a Pecuária: Balanço de 1 ano não é nada animador*”, reforça uma crítica moderada: o centro do texto é uma expectativa frustrada. Trata-se do que o patronato zebuzeiro esperava e de como o governante está desorientado em relação a esse desejo.

O tom dos artigos parece confirmar a dicotomia expectativa/realidade que se tenta imprimir no discurso. O artigo de Jorge Reti³⁹, intitulado “Política estável e coerente para o setor: esta é a grande reivindicação da pecuária”⁴⁰ caminha nesse tom, ao afirmar que “no início do governo Figueiredo, o setor pecuário estava extremamente animado com as perspectivas de curto e longo prazo”⁴¹ e que “nenhum programa foi anunciado e muito menos implantado”⁴². O texto também utiliza da SRB como argumento de autoridade, quando diz: “Para o Diretor do Departamento de Pecuária de Corte da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, a política pecuária praticada pelo governo no ano passado sofreu reflexos imediatos das mudanças ministeriais de agosto”⁴³. Segue com a defesa do associativismo:

Juntamente com o saneamento das empresas já atuantes, o diretor da Sociedade Rural Brasileira considera que mais uma opção para o setor industrial pode ser a união de grupos de pecuaristas para processar seu produto, seja através de cooperativas ou de outras formas de associativismo⁴⁴.

A ABCZ, assim, apresenta alianças políticas com outros setores do patronato rural em paralelo a uma alternativa econômica dentro da orientação ideológica-econômica governista. O que parece existir dentro do par subordinação-autonomia é uma plataforma de alianças e disputas; uma conquista de trincheiras e consensos na guerra de posições em direção a uma posição hegemônica no bloco no poder.

³⁹ Cf. ABCZ. mar-abr. 1980, p. 11: “Jorge Reti é jornalista em São Paulo, com grande experiência na cobertura e acompanhamento de assuntos agropecuários. Trabalhando na Editoria de Agropecuária da “Gazeta Mercantil” (...)”, o que indica um alinhamento editorial.

⁴⁰ RETI, Jorge. Política estável e coerente para o setor: esta é a grande reivindicação da pecuária. In: ABCZ. mar-abr. 1980, p. 11-13.

⁴¹ RETI. op. cit, p. 11.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem, p. 13.

A reportagem seguinte, “Insatisfação cresce nos campos”⁴⁵, do jornalista Sérgio Angeli⁴⁶, trás uma insatisfação que é sobre um objeto indefinido, enquanto campo dá a idéia de uma unidade sem cisões classistas. Por sua vez, o corpo do texto deixa claro que se trata de produtores rurais que estão insatisfeitos com o governo Figueiredo. O que há de novo no texto é a referência a contradição entre soberania e capital estrangeiro:

As recentes manifestações dos produtores rurais do Sul do país, em protesto contra a política agrícola do Governo, não podem ser analisadas como sendo um fato isolado e ponto final. Pelo contrário: foram a demonstração de que se abriu a primeira rachadura na paciência do homem do campo, que cansou das promessas não cumpridas pelas autoridades. Cansou de alimentar as capitais e suas mordomias; *de pagar os royalties que a indústria "nacional" manda para o exterior*, e de constatar que o que vende na porteira de sua fazenda por “x” é revendido pelo comerciante ao consumidor com lucro superior a 100%⁴⁷.

A unidade do “campo” assume aqui o lugar de capital: sem acesso a crédito, o setor se vê sustentando, de forma indireta, o capital industrial, comercial e estrangeiro. De tal maneira, a ausência de uma política do setor é destacada pela fotografia onde há uma fachada de um trator escrito: “Não Plante Que o João Não Garante”⁴⁸.

Curioso é que o problema não é a condução do Ministério da Agricultura, mas a “(...) falta de poder de decisão dos ministros da Agricultura que redundou, agora, no clima de insatisfação reinante no meio rural”⁴⁹. Delfim Netto, o Ministro da Agricultura, também é caracterizado aliado a ‘indústria do boi’⁵⁰ — os frigoríficos — e, ao conceder financiamentos “milionários” ao setor, gera um desincentivo à produção, cuja consequência é apresentada como o problema nacional da inflação:

⁴⁵ ANGELI, S. Idem, p. 14-18.

⁴⁶ Cf. op. cit., p. 14: “Está agora emplacando 10 anos na “Folha de S. Paulo”: 3 como repórter na área militar e, de lá para cá, como setorista em agropecuária. “Vi Delfim derrubando Cirne Lima e dominando Moura Cavalcanti; depois, Simonsen mantendo Paulinelli em vôo baixo. No atual governo, observei as peripécias do mesmo Delfim (com a camisa da Agricultura e, agora, jogando no Planejamento”, disse o repórter”.

⁴⁷ Idem., p. 14, *grifos próprios*.

⁴⁸ ANGELI, Sérgio. In: Revista ABCZ, mar-abr. 1980, p. 14.

⁴⁹ Idem, p. 14.

⁵⁰ Idem, p. 15.

Com remuneração a cada ano mais defasada, o agricultor passou a plantar menos. Resultado: o país começou a importar arroz, feijão, milho e soja e, na esfera pecuária, somou-se à carne, compras de milhões de dólares de leite em pó para reidratação na entressafra⁵¹.

Delfim Netto andou pela corda bamba de críticas e elogios da ABCZ. A política estava equivocada. Nada ocorreu, mas ele lutou por eles: “Não aconteceu outra coisa. Brigou pela pecuária e também pelas intromissões na política da lavoura, inclusive contra a tese da monocultura da soja, e terminou não resistindo às pressões”⁵². Essa linha tênue é justamente o que parece ser a constante estratégia de aproximação crítica da entidade.

Na edição seguinte⁵³ o editorial⁵⁴ apresenta que a revista debaterá as razões da crise da carne e da inflação. Eles apresentam o *ciclo pecuário* em “Carne, um mercado em crise?”⁵⁵. Este ciclo reside na interdependência entre a decisão do pecuarista sobre a matriz (fêmea) e as expectativas de preço sobre o boi gordo, isto é, a *demandação efetiva*⁵⁶. A solução é uma política anticíclica, através de um aumento de crédito quando o preço entra em baixa, aliada a investimentos em nutrição e zootécnica, visando o crescimento do rebanho. A questão não é posta como uma disputa setorial em que há um problema em financiar o frigorífico. A maior liquidez deles, a curto prazo, incentiva surtos especulativos, que poderiam ter sido contidos com a política anticíclica.

Essa base ideológica keynesiana é uma marca do período, como é observável no editorial de mai. 1982, intitulado “Os fantasmas da recessão rural”:

Ao adotar uma política de austeridade monetária com restrições aos créditos e diminuição progressiva dos subsídios à produção rural, entre outras medidas, o Governo está esvaziando o seu projeto econômico de prioridade à Agricultura, em nome da estratégia de combate à inflação⁵⁷.

O crédito pecuário, junta-se a seleção zootécnica. O editorial atribui a crise à composição racional no rebanho bovino, mas ela não aparece senão como consequência da política de

⁵¹ Idem, p. 16.

⁵² Idem, p. 15.

⁵³ ABCZ, mai-jun. 1980.

⁵⁴ Idem, p. 5.

⁵⁵ Idem, p. 10-23.

⁵⁶ KEYNES, John Maynard. Inflação e deflação. In: KEYNES, John Maynard; KALECKI, Michal. *Inflação e deflação; Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 3-48.

⁵⁷ QUEIROZ, J. Eurípedes. Os fantasmas da recessão rural. In: ABCZ, mai. 1982, p. 1.

crédito: “A existência de distorções na política creditícia posta em prática para o setor pecuário em anos recentes, (...) têm beneficiado prioritariamente os subsetores de engorda e comercialização, em detrimento dos criadores”⁵⁸. A ausência de crédito para a pecuária seletiva levou a uma “sangria do patrimônio genético”⁵⁹ deixando-o à mercê do ciclo dos preços.

Por outro lado, demonstram-se preocupados com impostos⁶⁰ e juros⁶¹.

A partir do que está posto, é razoável concluir que a confusão foi substituída pelo descaso.

Na edição seguinte⁶² é possível reparar o mesmo tom no artigo e iconografia da reportagem “Crédito rural, juros altos... caixas vazias”⁶³, mas há um novo articulista: Aldous Albuquerque Galletti, membro da Comissão de Crédito Rural da Associação dos Bancos do Estado de São Paulo.

A reportagem⁶⁴ apresenta não apenas as pautas da ABCZ, mas também a convergência de distintas frações da burguesia brasileira em torno da questão do crédito e dos juros, representadas por figuras como Octávio Alvarenga, presidente da SNA; Alysson Paolinelli, então presidente do Banco do Estado de Minas Gerais; e Antônio Ferreira Álvares da Silva, presidente do Banco Real de Minas Gerais. Erguendo as bandeiras do patronato rural, o texto não se encerra na reivindicação de que o governo formule uma nova política de crédito, mas culmina na proposição de uma nova consciência financeira: o Crédito Rural deixa de ser concebido apenas como suporte à produção e passa a ser apresentado como instrumento de investimento fixo e gestão monetária.

Portanto, o pecuarista deve encaminhar ao banco qualquer despesa passível de financiamento. Assim, a soma dessas pequenas despesas, normalmente assumidas com recursos próprios, seria transferida para o Crédito Rural. E, no final das contas, a união desses pequenos valores permitiria ao produtor adquirir animais com recursos próprios

⁵⁸ ABCZ. out-nov. 1980, p. 5.

⁵⁹ ABCZ. op. cit., p. 19.

⁶⁰ Idem, p. 24.

⁶¹ Idem, p. 63-64.

⁶² Revista ABCZ, jan-mar. 1981.

⁶³ GALLETTI, Aldous Albuquerque. Idem, p. 16-27.

⁶⁴ ABCZ, jan-mar. 1981, p. 19.

ou realizar créditos a taxas mais elevadas, fora da Carteira de Crédito Rural dos bancos⁶⁵.

Ao sugerir que o produtor transfira pequenas despesas ao crédito rural, o discurso bancário reorienta a atividade pecuária sob a lógica financeira. Publicado pela revista da ABCZ e assinado por um bancário, o texto revela como a entidade passa a difundir uma racionalidade financeira que dimensiona sua relação de subordinação e autonomia frente à burguesia bancária.

A convergência empresarial acompanha um tom despolitizante e crítico à ditadura. Evidência disso é o editorial “A política de abastecimento de carne bovina no Brasil”⁶⁶, que é acompanhado de longa redação⁶⁷, que aponta que o governo teve comportamento reativo e de curto prazo com forte poder oligopolista de frigoríficos e supermercados e mal administração de estoques reguladores.

Nisto, é verificável um deslocamento tático da ABCZ. A confluência entre a expansão das alianças empresariais, a presença privada no Ministério da Desburocratização e o contexto da “abertura”⁶⁸ permitiram à entidade uma posição *ofensiva*⁶⁹ em sua agenda ideológica e a afirmação, preventivamente, do controle burguês sobre o campo, diante do crescimento das lutas populares.

Os discursos de exposição, por sua vez, sempre tentaram direcionar os rumos da *sociedade política*, como quando diz: “O estímulo de que somos ouvidos e as portas do governo estão abertas para que ofereçamos nossa participação.” ou “A ABCZ (...) já ofereceu ao governo um amplo estudo visando à adoção de medidas para estimular a pecuária seletiva. Medidas essas que — repetimos — podem ser adotadas apenas redirecionando os recursos existentes⁷⁰”. O tom acompanha o “informativo”⁷¹ que trata positivamente do processo de “abertura” e dos “sacrifícios” que os pecuaristas vêm sofrendo, inclusive redimensionando o mercado financeiro nisso:

⁶⁵ GALETTI. op. cit., p. 27.

⁶⁶ ABCZ. abr-jul. p. 6.

⁶⁷ Idem, p. 7-18; 46-50.

⁶⁸ FERNANDES, Florestan. *Democracia e Desenvolvimento: A transformação da periferia e o Capitalismo Monopolista da Era Atual*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994; sobre o papel específico da ABCZ na transição democrática e nos freios à questão agrária ver: DREIFUSS, René. Ibidem; RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2011. Tese de Doutorado.

⁶⁹ POULANTZAS, Nicos. Ibid.

⁷⁰ ABCZ. jul-set. 1981, op. cit. p. 16-20.

⁷¹ Idem, p. 40-41.

E se uma parcela do crédito rural para investimentos e comercialização é feita a juros de mercado, é porque o governo não tem os recursos necessários para atender toda a procura por crédito a juros subsidiados. Só o mercado pode atender a essa procura, cobrando juros correntes. É, então, o produtor quem vai decidir, pela conveniência ou não do investimento a ser feito, recorrendo a um financiamento ou pela aplicação de recursos próprios em sua atividade. Este é um novo conceito, imposto pela nova realidade econômica do país, que exige o controle da inflação pela eliminação gradual dos subsídios, que serão substituídos pela realidade dos preços. Dentro desse quadro, o governo tem plena consciência dos sacrifícios impostos à pecuária nacional. (...) Sacrifícios que geram movimentos reivindicatórios perfeitamente compreendidos pelo governo, coerentes com o processo democrático que o presidente João Figueiredo conduz com vigor e coragem⁷².

O pragmatismo evidencia a conjunção do patronato com a burguesia financeira e o processo de “abertura”.

Há também, maior indicativo de unidade no patronato rural. Dois exemplos seguem: o primeiro, com o Conselho Nacional da Pecuária de Corte — CNPC, em defesa da política para a pecuária. Por conseguinte, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais — FAEMIG, que alavancam unidade de um programa mineiro da classe ruralista em ofensiva contra a questão agrária, visando reformar o Estatuto da Terra⁷³.

Organizada a ofensiva burguesa e ampliada as alianças, o presidente Camargo afirma⁷⁴: “Pretendemos também atuar lado a lado com o Governo, para que as promessas sejam cumpridas e para que os criadores de zebu tenham sempre uma voz presente, junto aos que comandam os destinos deste país.”.

O governismo da SNA

O tom governista da revista é nítido. Observa-se a entrevista com o Ministro Delfim Neto. A postura dominante é de que o governo está para esclarecer a respeito das críticas. Destaca-se, inclusive, o tom declaratório da entrevista na reprodução da fala do Ministro em:

⁷² ABCZ. op. cit. p. 41.

⁷³ MENDES, Edilson Lamartine apud ABCZ, out-dez. 1981, p. 20.

⁷⁴ CAMARGO apud ABCZ, mai. 1982, p. 8.

Apontados por muitos como o responsável pelo “esvaziamento” do Ministério da Agricultura, quando Ministro da Fazenda, Delfim Netto afirmou recentemente à revista **Veja** que “não há Ministérios menores ou maiores; o que pode haver são Ministros maiores e Ministros menores”. Sem dúvida, ele conta ser um **Ministro maior**, deduz a revista, com as portas de seu gabinete abertas aos empresários e produtoras rurais “para que apresentem suas declarações e surgiram alternativas” visando elevar a produção em benefício do agricultor e de toda a Nação⁷⁵.

A capilaridade da ABCZ e/ou de entidades afins, é perceptível quando a SNA defende o crédito pecuário e advoga a preferência por outros setores:

Ao contrário do que se tem propalado, o setor agropecuário foi o menos favorecido pelas aplicações do Banco do Brasil em 1978. Do total de empréstimos realizados pelo Banco no ano passado, a indústria ficou com 40,5 por cento, outras atividades com 48,1 por cento e a agropecuária com 33 por cento. (A LAVOURA, jan-fev. 1979, p. 12)

O que chama atenção é que a postura observável na ABCZ, estritamente econômico-corporativa, não se debruçava nem sobre pautas mais abrangentes do patronato rural. Essa característica começa a desvelar as estratégias da SNA: mediar o governo e a fração subordinada da classe dominante.

A SNA chega a mencionar a exposição de gado da ABCZ, em Uberaba⁷⁶. Outras propostas de configuração do patronato estão postas também no elogio às cooperativas que são postas como proposta do Delfim Netto⁷⁷.

A entrevista que segue parece tocar no ponto sensível da ABCZ, tanto que se intitula: “Crédito rural e cooperativismo”, onde o destaque da entrevista já é dado:

“O crédito é o sangue-rico em oxigênio para a irrigação de recursos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades agrícolas”. Mas, para isso, necessita de uma rede arterial desobstruída — bancos e cooperativas — para que possa circular rapidamente beneficiando todo o organismo — a Agropecuária⁷⁸.

⁷⁵ A LAVOURA, jan-fev. 1979, p. 1, *grifos da revista*.

⁷⁶ A Lavoura, mar-abr. 1979, p. 1; 10.

⁷⁷ FILHO in: A Lavoura, Idem, p. 14-18.

⁷⁸ A Lavoura. op. cit., p. 19.

A frase insere-se na tentativa de forjar uma aliança política entre o Estado credor, as cooperativas e o restante do patronato rural. Não obstante, é consistente na defesa de uma política de crédito para a pecuária e no modelo das cooperativas⁷⁹.

A convergência também é visível na defesa da substituição de importação de fertilizantes e em projetos de infraestrutura como “Eletrificação nos campos”⁸⁰ e da união entre a produção de monocultura de cana, o etanol e a energia elétrica, revigorando a ideia de que as políticas de planejamento devem voltar-se ao campo⁸¹.

Parece evidente, então, associar a agenda da SNA a um tripé “(...) que restabeleça a justiça creditícia, agrária e associativista (...)”⁸², justamente porque “O cooperativismo é o meio mais adequado para resolver grande parte da problemática agrícola”⁸³ ou que há três elementos comuns: “Crédito rural, eficiência e justiça”⁸⁴. Assim, a entidade ocupa a função de neutralizar o conflito no campo, seja pelo lugar estatal, como *cimento ideológico* das frações do patronato rural, ou com o crédito e o associativismo, que eram impulsionadas para negar o conflito social e criar uma relação de subordinação dos pequenos e médios produtores.

É plausível compreender que a linguagem de Keynes é unida a uma agenda antipopular, o que se intensifica sobre a questão agrária. A SNA marca sua ofensiva reproduzindo um documento da Fundação Getúlio Vargas em que se defende que “(...) modificar o Estatuto da Terra para dar incentivos aos estabelecimentos que mantêm parte de suas áreas com moradores (agregados ou trabalhadores) produzindo seus alimentos de consumo(...)”⁸⁵. Noutra edição afirma-se: “O transcurso de 15 anos do *Estatuto da Terra* não comporta grandes alegrias, mas não deve ser pretexto para desilusões.”⁸⁶, apresentando, inclusive, posições hostis à doutrina social-católica quando esta defendeu a reforma agrária, acusando-os de advogarem um projeto que “extrapola dos limites de uma concepção democrática de reforma agrária.”⁸⁷.

⁷⁹ Idem, p. 30-31.

⁸⁰ VIEIRA in: A Lavoura, jan-fev, 1980, p. 12.

⁸¹ ANDRADE in: Idem, p. 13.

⁸² A Lavoura, mai-jun. 1979, p. 1.

⁸³ FILHO in: A Lavoura, mai-jun. 1979, p. 3-5.

⁸⁴ RYFF in: Idem, p. 16-17.

⁸⁵ VIEIRA in: A Lavoura, jul-ago. 1979, p. 10.

⁸⁶ MAIA in: A Lavoura, set-out. 1979, p. 15.

⁸⁷ A Lavoura, jan-fev. 1980, p. 5.

A mediação entre os privilégios latifundiários é demonstrável na contraposição entre a “Nova tributação das heranças rurais. Mais um obstáculo ao desenvolvimento agrícola.”⁸⁸ e na postura informativa de quando o governo dispõe de nova política ao setor, como é visto: “Política agrária: o novo imposto territorial rural”, e na afirmação: “As modificações introduzidas são adequadas aos objetivos das autoridades federais. Na verdade, firma-se, cada vez mais, a noção de terra como um bem de produção com relevante função econômica e social.”⁸⁹.

É localizável na SNA, a defesa de que o sistema financeiro supra as demandas estatais um ano antes da ABCZ apresentar essa posição, mediando a defesa do governo e o elogio ao crédito privado. “A política de Crédito Rural desenvolvida pelo Governo Federal resultou em empenhar-se nesse campo, os Bancos Privados.”⁹⁰. O que não significou um abandono das cobranças governamentais, que é coincidente com a *ofensiva* da ABCZ:

Lamentamos que as alterações nas taxas de juros do crédito rural estejam se processando sem qualquer consulta aos empresários do setor. As autoridades monetárias resolveram elevar os juros do crédito rural, e acertaram entre si, qual será o nível da alteração. Tudo isso sem qual quer diálogo com os representantes do setor a ser atingido⁹¹.

A entidade, portanto, oscilava entre a ofensiva das frações e o governismo, deixando suas marcas políticas ao revés. Sob a lógica da dádiva e reciprocidade⁹², insistiu defensivamente, que o Banco do Brasil “Deve cumprir as diretrizes que são traçadas (...)”⁹³, mas expunha a cordialidade⁹⁴ dos almoços com o presidente sobre o título de “Almoço Informal”⁹⁵.

O lugar keynesiano do crédito conflita com a bandeira da desvalorização cambial promovida pela SNA, quando diz que “Tais medidas são coerentes e eficazes para a solução de dois grandes problemas nacionais: a inflação e a balança de pagamentos.”⁹⁶. Não obstante, a

⁸⁸ A Lavoura, jul-ago. 1979, p. 11-12.

⁸⁹ A Lavoura, set-out. 1979, p. 5.

⁹⁰ Idem, p. 22.

⁹¹ Idem, p. 3.

⁹² MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva — forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 183-315.

⁹³ A Lavoura, mai-jun. 1981, p. 3.

⁹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. “O homem cordial”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 139-153.

⁹⁵ A Lavoura, set-out. 1979, p. 18.

⁹⁶ A Lavoura, nov-dez. 1979, p. 5.

própria revista da entidade evidencia os limites práticos dessa orientação ao noticiar o fracasso de uma exportação de gado, cuja responsabilidade é deslocada aos produtores e não às condições estruturais de crédito e regulação.

Devido à má orientação com que foi conduzido o intento de exportar 500 (quinhentos) animais para os Estados Unidos, sem critérios rígidos, só passaram nos testes preliminares 61 animais. Faltando, ainda, o resultado da Quarentena de Fleming Key, onde não sabemos o que vai passar. Isto trouxe muitos problemas aos importadores, dos quais vários eram mexicanos, que já haviam pago muito caro pelo direito de importação via USA, em torno de 8.000 a 10.000 dólares. Tiveram seus animais reprovados nos testes preliminares, após várias viagens ao Brasil e troca de animais, e segundo comentários, muitos já haviam pago cash pelos animais. Deve-se ainda considerar que o valor do quarentenário é fixo. E a redução no número de animais, de 500 para 61, elevará bastante o custo unitário para os importadores. Mas creio que com um trabalho sério, bem organizado, encarando a realidade sanitária, teremos bons resultados, pois todos querem nosso zebu. (...) Naturalmente, uma exportação bem coordenada seria de excelentes resultados, principalmente com o México, pois atenderiam aos princípios da integração Latino-Americana, uma vez que o Brasil e o México são dois países que se completam⁹⁷.

Sob a égide de suas contradições internas, a SNA volta a reproduzir as bandeiras da ABCZ⁹⁸ sem romper com a orientação ortodoxa de Figueiredo, o que é, por sua vez, um mérito tático da ABCZ de ter perseverado sua postura pragmática no interior das bandeiras da SNA. Essa duplicidade sustenta sua proximidade com o governo e antecipa a nova ofensiva em torno do crédito, visível nos jantares informais com o presidente:

A entidade oscila entre mais uma matéria de “Jantar Informal”⁹⁹ e uma postura defensiva sobre o crédito. Após reproduzir os discursos oficiais, martela: “No entanto, isso não é suficiente.”¹⁰⁰. Isto, porque, como se percebe, a austeridade de crédito afetou o setor:

É preciso ficar bem claro que a agricultura, que foi declarada prioridade pelo Presidente Figueiredo, deve merecer tratamento preferencial na distribuição dos recursos, sem que lhe fique imputando, a toda hora, a responsabilidade pelas altas taxas inflacionárias¹⁰¹.

⁹⁷ BARBOSA in: A Lavoura, jan-fev. 1980, p. 35.

⁹⁸ A Lavoura, jan-fev. 1982, p. 20-24.

⁹⁹ A Lavoura, mar-abr. 1980, p. 7.

¹⁰⁰ A Lavoura, mar-abr. 1980, p. 1.

¹⁰¹ Idem, p. 3.

Se as relações com o mercado financeiro amortecem os conflitos de crédito, não se pode negar o esforço em unificar os interesses governamentais e os da produção (nesse exemplo, a leiteira):

O Presidente João Figueiredo (é assim que ele gosta de ser chamado) fez um enorme sucesso que repercutiu pelo mundo afora, mais particularmente nos países do chamado "Terceiro Mundo", com seu pronunciamento na sede da Organização das Nações Unidas, na abertura da sua 37. Assembléia Geral. (...) Similar a este, poderia ser o discurso de qualquer produtor de leite a ser pronunciado no Palácio do Planalto tendo como audiência o próprio Presidente, os Ministros da área econômica e o Ministro da Agricultura¹⁰².

Situa-se, assim, que o apagamento político da SNA¹⁰³ foi consequência da sua constante postura defensiva e mediadora, conciliando matrizes econômico-discursivas distintas e sempre subordinada a reciprocidade do prestígio, dos cargos e dos jantares. Sua força (agora governista) vai ao revés pela própria lógica. Favorece, inclusive, que as frações ruralistas consigam avançar, utilizando a entidade como trincheira e acesso ao governo. Essa simultaneidade de agentes e conjuntura, por sua vez, facilita a estratégia pragmática e a possibilidade da ABCZ avançar para uma ofensiva até um lugar paralelo/fiscalizador do governo e da “abertura”, aproveitando de seus circuitos de consagração empresariais (apesar do condicionante da hegemonia financeira).

Considerações finais

Acredita-se que essa pesquisa se insere num amplo espectro de estudos sobre o patronato rural brasileiro, tendo como novidade a análise do material empírico da ABCZ e a capacidade de consultar um material empírico já estudado que é a revista *A Lavoura* da SNA para insinuar a influência mútua. Foi possível avaliar as estratégias políticas e o lugar específico dos agentes sociais na conjuntura.

Conclui-se que a ABCZ operou um pragmatismo político a partir da expansão de sua influência e consagração social, permitindo avançar em sua agenda. Por outro lado, o lugar

¹⁰² A Lavoura, set-out. 1982, p. 5.

¹⁰³ MENDONÇA, Sônia. Ibidem.

mediador entre o governo e o patronato rural da SNA criou constrangimentos para avançar pautas próprias, colocando-a em postura defensiva, acompanhando os argumentos de Mendonça.

É reconhecível também um ecletismo econômico, que atravessa liberalismo, keynesianismo e o papel do capital estrangeiro e financeiro de formas diferentes. Recomenda-se pesquisas que considerem os lugares estruturais e dados econômicos para atribuir maior objetividade aos discursos, bem como a ampliação de fontes e de perspectivas, como a possibilidade de estudar a carreira do deputado Edilson Lamartine Mendes ou ampliar para uma análise da sua relação com a cidade de Uberaba ou até comparar com outras entidades patronais da época, sejam ruralistas ou industriais.

Referências Bibliográficas

- ABCZ.* nov-dez. 1979.
ABCZ. jan-fev. 1980.
ABCZ. mar-abr. 1980.
ABCZ. mai-jun. 1980.
ABCZ. out-nov. 1980.
ABCZ. jan-mar. 1981.
ABCZ. abr-jul. 1981.
ABCZ. jul-set. 1981.
ABCZ. out-dez. 1981.
ABCZ. mai. 1982.
A Lavoura. mai-abr. 1979.
A Lavoura. mai-jun. 1979.
A Lavoura. jul-ago. 1979.
A Lavoura. set-out. 1979.
A Lavoura. nov-dez. 1979.
A Lavoura. jan-fev. 1980.
A Lavoura. mar-abr. 1980.
A Lavoura. mai-jun. 1981.

A Lavoura. jan-fev. 1982.

A Lavoura. set-out. 1982.

ALMEIDA, Mônica Piccolo. “A reestruturação do setor público brasileiro rumo às privatizações dos anos 1990”. *Revista Anos 90*, 2014, p. 363-397.

ANDRADE, Caio César Vioto de. *Da tecnoburocracia à desburocratização: a trajetória das reformas da administração pública no regime militar brasileiro (1964-1985)*. Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2021.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista: estratégia e tática do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

DREIFUSS, R. A. *O jogo da direita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

FERREIRA, Luciana da Silva. “A política econômica do governo figueiredo, o endividamento externo e seus impactos macroeconômicos”. In: ARAUJO, V; MATTOS, F. *A economia brasileira de Getúlio a Dilma — novas interpretações*. São Paulo: Hucitec Editora, 2021, p. 333-346.

FERNANDES, Florestan. *Democracia e Desenvolvimento: A transformação da periferia e o Capitalismo Monopolista da Era Atual*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

GALLAS, Alexander. “Neo-Poulantzian Political Analysis”. In: *The Thatcherite Offensive: A Neo-Poulantzian Analysis*. Brill, Historical Materialism Book Series, 2015, p. 26-73.

GALVÃO, Elisandra de Araújo. *A política da CNA: organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. Tese de Doutorado.

GORENDER, Jacob. “A espoliação do povo brasileira pela finança internacional”. *Estudos Sociais*, 1959, p. 131-148.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere [livro eletrônico]: caderno 13 (XXX) : 1932 - 1934: notas sobre a política de Maquiavel*. Rio de Janeiro : IGS-Brasil, 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque. “O homem cordial”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 139-153.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1975.

KEYNES, John Maynard. “Inflação e deflação”. In: KEYNES, John Maynard; KALECKI, Michal. *Inflação e deflação; Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 3-48.

LEAL, Natacha Simeí. *Nome aos bois: Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. Tese de Doutorado.

LOPES, Maria Antonieta Borges; REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. *ABCZ: 100 anos de histórias e histórias*. São Paulo: Bela Vista Cultura, 2019.

MACIEL, David. “Notas sobre a dominação burguesa no Brasil durante a ditadura militar e seu legado (1964-1985)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.p. 109.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva — forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 183-315.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, S. R. “Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-193)”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SILVA Sérgio S (Org.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002, p. 171-186.

MENDONÇA, S. R. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

NATIVIDADE, Melissa. *A Questão Agrária no Brasil (1961 - 1964): uma arena de luta de classe e intraclasse*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. Dissertação de mestrado.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. Dissertação de mestrado.

POULANTZAS, Nicos. “A ofensiva do grande capital e do bloco no poder”. In: POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021, p. 85-86.

RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2011. Tese de Doutorado.

SANTOS, Theotonio dos. *Evolução histórica do Brasil: Da Colônia à crise da “Nova República”*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.